



GÊNERO E RAÇA NA POLÍTICA AGRÁRIA
GÉNERO Y RAZA EN LA POLÍTICA AGRARIA
GENDER AND RACE IN AGRARIAN POLICY

Viviane Ramiro da Silva Martins¹

Paulo Marcelo de Souza²

RESUMO

O presente artigo aborda a incorporação do enfoque de gênero e étnico-raciais na política agrária, com objetivo de delinear a conformação dessa política, de modo a ressaltar suas implicações para a garantia dos direitos de cidadania das mulheres trabalhadoras rurais. Para tanto, definimos os seguintes objetivos específicos: i- apresentar um breve histórico da política agrária na agenda pública brasileira; ii- discutir as principais abordagens das políticas públicas para as mulheres rurais, de modo a ressaltar os principais desdobramentos, enquanto mecanismo normativo; iii- identificar as ações e programas governamentais nesse campo para problematizar as ideias que orientaram a implementação dessa política. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa de revisão bibliográfica. Também foram utilizados dados documentais e de entrevistas, realizadas com mulheres de um assentamento de reforma agrária no Rio de Janeiro, para fins de diálogo entre as proposições dessas políticas e sua implementação num território específico. A análise tem, como centralidade, o período de 2003 a 2015, momento em que as políticas sociais incorporam a demanda da promoção da igualdade étnico-racial e de gênero no âmbito da reforma agrária. Os resultados do estudo permitem concluir que o redesenho da política de reforma agrária por meio de enfoque de gênero e/ou étnico-racial se baseou na ideia de "inclusão social e produtiva". Essas concepções expressam a lógica do projeto neoliberal. Apesar do reconhecimento da demanda de grupos sociais historicamente excluídos do acesso a essas políticas, tais ações se limitam a minimizar os efeitos produzidos pelas desigualdades sociais. Ademais, o estudo aponta para a necessidade de análises que considerem a dimensão estrutural e multidimensional das políticas públicas, de modo a contribuir com a produção de conhecimentos sobre os

¹ Professora da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Doutoranda em Políticas Sociais – Uenf. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4916-2727> E-mail: vivianeramiro@gmail.com

² Professor Associado da Uenf. Doutor em Economia Rural. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5788-915X> Email: pmsouza@uenf.br



mecanismos institucionais da gestão e da avaliação dos programas e das ações governamentais nesse campo temático.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Política Agrária.

RESUMEN

Este artículo aborda la incorporación de un enfoque de género y étnico-racial en la política agraria, con el objetivo de esbozar la configuración de esta política para destacar sus implicaciones en la garantía de los derechos de ciudadanía de las trabajadoras rurales. Para ello, hemos definido los siguientes objetivos específicos: i- presentar una breve historia de la política agraria en la agenda pública brasileña; ii- discutir los principales enfoques de las políticas públicas para las mujeres rurales, con el fin de destacar los principales desarrollos como mecanismo normativo; iii- identificar las acciones y programas gubernamentales en este campo para problematizar las ideas que han guiado la implementación de esta política. Se trata de un estudio cualitativo basado en una revisión bibliográfica. También se utilizaron datos documentales y entrevistas con mujeres de un asentamiento de la reforma agraria en Río de Janeiro para establecer un diálogo entre las propuestas de estas políticas y su aplicación en un territorio concreto. El análisis se centra en el período comprendido entre 2003 y 2015, cuando las políticas sociales incorporaron la demanda de promoción de la igualdad étnico-racial y de género en el contexto de la reforma agraria. Los resultados del estudio nos llevan a concluir que el rediseño de la política de reforma agraria con enfoque de género y/o étnico-racial se basó en la idea de "inclusión social y productiva". Estos conceptos expresan la lógica del proyecto neoliberal. Apesar de reconocer la demanda de grupos sociales históricamente excluidos del acceso a estas políticas, estas acciones se limitan a minimizar los efectos producidos por las desigualdades sociales. Los resultados del estudio nos llevan a concluir que el rediseño de la política de reforma agraria con enfoque de género y/o étnico-racial se basó en la idea de "inclusión social y productiva". Estos conceptos expresan la lógica del proyecto neoliberal. A pesar de reconocer la demanda de grupos sociales históricamente excluidos del acceso a estas políticas, estas acciones se limitan a minimizar los efectos producidos por las desigualdades sociales.

Palabras clave: Género; Raza; Política Agraria.

ABSTRACT

This article deals with the incorporation of a gender and ethnic-racial approach into agrarian policy, with the aim of outlining the shape of this policy in order to highlight its implications for guaranteeing the citizenship rights of rural women workers. To this end, we have defined the following specific objectives: i- to present a brief history of agrarian policy on the Brazilian public agenda; ii- discuss the main approaches to public policies



for rural women, in order to highlight the main developments as a normative mechanism; iii- to identify government actions and programs in this field in order to problematize the ideas that have guided the implementation of this policy. This is a qualitative study based on a bibliographical review. Documentary data and interviews with women from an agrarian reform settlement in Rio de Janeiro were also used to discuss the proposals of these policies and their implementation in a specific territory. The analysis focuses on the period from 2003 to 2015, when social policies incorporated the demand to promote ethnic-racial and gender equality in the context of land reform. The results of the study lead us to conclude that the redesign of the agrarian reform policy using a gender and/or ethnic-racial approach was based on the idea of "social and productive inclusion". These concepts express the logic of the neoliberal project. Despite recognizing the demand from social groups historically excluded from access to these policies, these actions are limited to minimizing the effects produced by social inequalities. In addition, the study points to the need for analyses that consider the structural and multidimensional dimension of public policies, in order to contribute to the production of knowledge about the institutional mechanisms for the management and evaluation of government programs and actions in this thematic field.

Keywords: Gender; Race; Agrarian Policy.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas sociais voltadas para mulheres rurais implantadas a partir da década de 1980 do século XX foram criadas como resposta às demandas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Nesse período, a maior parte dos países latino-americanos realizaram reformas legislativas adotando parâmetros de cidadania, especialmente em relação aos direitos das mulheres. A consolidação do debate sobre gênero marca mudanças na agenda das políticas públicas, possibilitando novos olhares sobre o papel das mulheres trabalhadoras rurais. Assim, essas propostas refletem medidas visando o atendimento das mulheres em situação de pobreza.

No acadêmico, pesquisas apontam que mulheres e negros estão sobrerrepresentados nos piores indicadores das condições de vida, situação que dificulta a participação política desses grupos em espaços institucionais, impondo-lhes inúmeras formas de vulnerabilidades, de tal modo que é possível argumentar que marcadores como

gênero e raça estruturam historicamente as desigualdades sociais no país. Com isso, a construção de novas formas de intervenção visando ao enfrentamento a essas desigualdades apontam para o desafio colocado para análises que considerem a natureza das intersecções das opressões interseccionais.

Neste artigo, abordamos a incorporação do enfoque de gênero e de raça na política de reforma agrária, com o objetivo de delinear a conformação dessa política, sobretudo suas implicações para a garantia dos direitos de cidadania das mulheres trabalhadoras rurais. Para tanto, definimos os seguintes objetivos específicos: i - apresentar um breve histórico da política agrária na agenda pública brasileira; ii - discutir as principais abordagens das políticas públicas para as mulheres rurais, de modo a ressaltar seus desdobramentos; iii - identificar os programas de ações governamentais nesse campo para problematizar as ideias que orientaram a implementação dessa política.

O estudo visa contribuir com a revisão de literatura na área proposta para ressaltar o conhecimento produzido nesse campo temático. Ademais, o estudo é um esforço político no sentido de possibilitar e inspirar a qualificação do tema, especialmente no que concerne à produção de dados que permitam a criação de ferramentas voltadas para análise das políticas públicas, com enfoque de gênero e raça no campo da política agrária. A pesquisa orienta-se pela metodologia de revisão bibliográfica. Também foram utilizadas fontes documentais e da pesquisa de campo, por meio de entrevistas com mulheres de um assentamento rural no interior do estado do Rio de Janeiro. Em termos temporais, foi considerado o período de 2003 a 2015, momento em que ocorreu a incorporação da demanda da promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no âmbito da política de reforma agrária.

Este texto está organizado nas seguintes seções: além desta introdução e das considerações finais, apresentamos um breve contexto de emergência da reforma agrária na agenda pública brasileira. A revisão de literatura foi prosseguida dos procedimentos metodológicos. Por fim, procedemos a análise dos dados por meio da discussão dos resultados encontrados. Sendo assim, privilegiaram-se os aspectos interseccionais de gênero e raça na política agrária.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A teoria feminista propõe diversas abordagens metodológicas visando demonstrar como as desigualdades de gênero foram construídas histórica e socialmente. Com base no conceito de interseccionalidade, as feministas negras buscam superar leituras fixas e fragmentadas dos marcadores sociais (Crenshaw, 2002). Sendo assim, a abordagem interseccional de classe, gênero e raça é uma ferramenta analítica que visibiliza os impactos dessas estruturas de poder nas condições de vida das mulheres, e a forma como esses mecanismos alimentam ciclos de pobreza e de exclusão social em seus territórios. Nesse sentido,

[...] as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas. [Pois,] a dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades. (Biroli; Miguel, 2015, p. 29).

A melhor compreensão do funcionamento conjunto das estruturas de desigualdades e suas implicações na vida das populações historicamente subalternizadas pode contribuir para a redimensionar o debate sobre gênero e/ou raça no âmbito das políticas públicas. Segundo Pereira (2017), as políticas públicas são constituídas por um marco de orientações, no sentido concretizar direitos sociais, por meio de projetos, programas e serviços, visando à satisfação das necessidades sociais, sendo uma estratégia de ação guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado quanto a sociedade participam ativamente. No entanto, as políticas públicas podem significar tanto ação quanto não-ação, de modo que ambas geram impactos sociais e “[...] longe de serem receitas governamentais resultam das relações entre Estado e sociedade [...]” (Pereira, 2017, p. 98).

Contudo, os estudos sobre políticas agrárias costumam negligenciar os aspectos de gênero e/ou raça. Para Biroli e Miguel (2015), as convergências entre gênero, classe e raça permitem uma interpretação aprofundada do mundo social, que precisa ser

incorporada por qualquer projeto emancipatório, incluindo a produção de conhecimento acadêmico (Biroli; Miguel, 2015, p. 28).

A incorporação das dimensões de gênero e raça em indicadores dos sistemas de informação sobre a população brasileira é fruto das pressões dos movimentos e das organizações sociais feministas e negros. Para essas associações, a criação dessa base de dados sobre essas populações é fundamental para a formulação de políticas públicas (Santos, 2014 *apud* Furtado *et al.*, 2022).

Portanto esse debate pode contribuir com a produção de conhecimentos fundamentados e orientados para a construção de ferramentas e de mecanismos institucionais comprometidos com a justiça social e com a garantia dos direitos de cidadania de populações historicamente excluídas, como é o caso das mulheres e da população negra.

Além disso, a implementação das políticas e sua avaliação pelos diferentes grupos beneficiários requerem também o entendimento dos contextos de territorialização dessas políticas (Brughnara *et al.*, 2011), uma vez que a manutenção de mecanismos excludentes e discriminatórios resultam na fragilização dos direitos de cidadania. Segundo dados do IBGE (2006), mulheres que vivem em territórios rurais enfrentam mais dificuldades para acessar políticas agrícolas e agrária, como assistência técnica e concessão de crédito rural.

As desigualdades sociais, de natureza multidimensional interseccionadas, submetem as mulheres, sobretudo se forem negras, que vivem em territórios subalternizados, a condições profundamente desvantajosas, em diferentes dimensões da vida, sobretudo quando se considera o acesso a bens e serviços públicos. Em função da confluência de formas de opressão – como classismo, sexismo e o racismo – a maioria da população negra vive em condição de miséria ou pobreza, tanto no campo como na cidade (Pereira, 2017).

Para Carneiro (2003, p. 83), a manutenção das desigualdades sociais faz “[...] parte das estratégias de invisibilização e subordinação destes grupos” pelo grupo dominante. Ainda segundo a filósofa, o fator racial produz gêneros subalternizados, tanto

no tocante a uma identidade feminina estigmatizada, a das mulheres negras, quanto às masculinidades subalternizadas, dos homens negros. Ambos os tipos de indivíduo possuem, portanto, prestígio inferior ao dos gêneros do grupo racialmente dominante, formado por mulheres e homens brancos. Sob essa perspectiva, o racismo superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e da exclusão dos gêneros subalternizados. Desse modo, a superação dessas dificuldades envolve o combate ao patriarcado e ao racismo em todos os setores sociais.

Nota-se que as mulheres camponesas, e o campesinato como um todo, têm desenvolvido estratégias cotidianas de disputas e projetos de transformação social que visam superar as desigualdades sociais e evidenciam as opressões interseccionais. Segundo Pereira (2017), o movimento de mulheres trabalhadoras rurais vem pautando o direito dos povos do campo de produzir seu alimento em seu território. Ademais, seus projetos políticos apontam reflexões sobre a dimensão da saúde humana, que perpassam pela crítica ao modelo de agricultura excludente e desigual, dependente de agroquímicos e transgênicos. Assim, elas acrescentam questões da igualdade de gênero e raça, adicionando uma perspectiva feminista popular à consciência de classe (Pereira, 2017).

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, adotamos a abordagem da pesquisa documental de natureza revisão bibliográfica. Para tanto, foram mapeadas as principais referências nesse campo temático. Por meio desse procedimento, foi possível identificar o estado da arte dessa problemática (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004). A partir dessa leitura, elegeu-se a produção teórica que trata dos aspectos de classe gênero e raça, desde uma perspectiva interseccional. A luz desse referencial teórico foi possível proceder a análise dos dados levantados através de fontes documentais.

Os dados socioeconômicos foram extraídos dos seguintes documentos governamentais: o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), de 2003, que, entre outros aspectos, reconhece a demanda da promoção da igualdade de gênero no âmbito

da reforma agrária, assim como o Programa Brasil sem Miséria, instituído em 2011, que ampliou os benefícios sociais para o público da reforma agrária, mediante políticas de inclusão produtiva. Outrossim, utilizamos dados documentais referentes a marcos político-jurídicos de outros programas governamentais, como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR). A análise desses documentos possibilitou reflexões sobre as ideias que têm guiado a implementação de projetos e programas de ações no campo da política agrária. Trata-se de identificar os princípios que têm guiado a implementação de projetos, programas e ações no campo da política agrária, considerando que o objetivo principal da política pública é a concretização de direitos de cidadania.

Diante da necessidade de verificar a aplicação dessas políticas e suas implicações num território específico, foram também utilizados dados empíricos coletados por meio de entrevistas realizadas no período de 2013 a 2015 com mulheres organizadas por meio de coletivos sociais em um assentamento de reforma agrária no interior do estado do Rio de Janeiro. Assim, buscou-se qualificar a análise por meio do diálogo com dados empíricos coletados através da pesquisa de campo, como forma de aprofundamento da análise proposta neste estudo.

Partimos da premissa que a incorporação de aspectos de gênero e étnico-racial na política agrária não rompeu com a lógica excludente que afeta sobremaneira a vida das mulheres trabalhadoras rurais, sobretudo se forem negras. Desta forma, as dificuldades de acesso às políticas públicas, especialmente àquelas que tratam do fomento ao crédito e assistência técnica, permanecem com um dos principais fatores limitantes para elas (Martins, 2015), uma vez que a territorialização dessas políticas refletem lógicas que desvalorizam o trabalho dessas mulheres e não consideram as suas particularidades, principalmente no que diz respeito à divisão racial e sociosexual do trabalho (Passos; Nogueira, 2018).

Furtado (2022) sugere que a análise das políticas agrárias deve considerar além do aspecto estrutural a natureza multidimensional dos fenômenos sociais (Furtado *et al.*, 2022). Essa perspectiva exige o entendimento de outros eixos de opressão, como o

racismo e o patriarcado. Essa perspectiva analítica privilegia a interação dos marcadores sociais de modo a examinar as suas relações e implicações políticas.

O procedimento de categorização se deu com base na leitura textual, seguida de análise e da interpretação dos dados considerando os aspectos de gênero e étnico-raciais na política agrária. Num segundo momento, organizamos os dados levantados a partir dos objetivos traçados neste trabalho. No próximo tópico, apresenta-se o contexto de formulação das estratégias políticas voltadas para o combate à pobreza no meio rural. Em seguida, mapeamos as principais ações programas governamentais voltados pra as mulheres rurais, com base na discussão das fontes documentais. Por fim, problematiza a lógica que orientam as ações e programas governamentais mediante a ideia de “inclusão social e produtiva”, tendo base a análise de dados empíricos coletados com integrantes de um grupo produtivo de mulheres assentadas no território fluminense.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO DADOS

3.1 Estratégias políticas de combate à pobreza no meio rural

O II PNRA, lançado em 2003 pelo governo Lula, buscou enfrentar o desafio de romper com o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos do mundo rural. O documento reconhece que cabe ao Estado a implantação de políticas dirigidas à superação das desigualdades sociais. Esse Plano sinaliza para o elevado número de mulheres entre os mais pobres do campo. Esse período inaugura um novo olhar sobre o rural no país, pois rompe com visão do rural como atraso e mero produtor de alimentos (Brasil, 2014). Sendo assim, o reconhecimento da desigualdade de gênero e étnico-raciais resultou em projetos e programas até então inexistentes, a exemplo do Plano Nacional de Políticas para as mulheres, em especial àquelas que vivem e trabalham em territórios rurais.

Nos estudos sobre a política agrária, a pobreza rural tem sido abordada com frequência (Guedes *et al.*, 2015). De acordo com o estudo realizado por Castro *et al.*

(2010) sobre o perfil das famílias no Cadastro Único (CadÚnico), cerca de 72 milhões de pessoas se encontravam em condição de vulnerabilidade, entre 2001 e 2007, sendo consideradas público em potencial dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, a agricultura familiar, que correspondia a 22% desse público (Castro *et al.*, 2010).

Maria Wanderley (2015) ressalta que, embora não corresponda ao maior número do país, a manifestação da pobreza, nas áreas rurais, é bastante expressiva, visto que atinge quase metade da população do campo. Sobre as famílias assentadas em situação de vulnerabilidade social:

No Brasil, segundo dados do INCRA, atualmente existem 9.256 assentamentos em todo o país 969.853 famílias assentadas, das quais 395.867 recebem renda do Bolsa Família, ou seja, 40,82% dos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade econômica. Esse valor nos mostra que, ou quase a metade das famílias que foram assentadas, mesmo após conseguirem o assentamento, não conseguiram estabilidade financeira suficiente para se manterem apenas com a agricultura, ou que as famílias que acabaram de ser assentadas ainda precisam de uma renda extra até ter uma estabilidade na produção agrícola do assentamento. Das regiões do país, o Nordeste é o que possui o maior percentual de famílias assentadas que são beneficiárias do Bolsa Família, com 53,28% delas dependendo de uma renda extra (dos 4.260 assentamentos, 323.280 famílias estão assentadas e 172.229 são beneficiárias do Bolsa Família). A região com o menor número é o Centro Oeste, com 24,13%. (que possui 1.254 assentamentos, 137.469 famílias assentadas e 33.178 famílias beneficiárias do BF). (Viana; Medeiros, s/d).

A proposta de ampliação de benefícios sociais, sob a égide do combate à pobreza, ganha centralidade no âmbito da reforma agrária. Durante o primeiro governo da então presidenta Dilma Rousseff, consolidou-se o discurso de investimento nos assentamentos rurais como estratégia para garantir as condições de reprodução dessas áreas. Para tanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) passaria a se concentrar na assistência técnica aos assentamentos. Nota-se, contudo, que:

Grande parte dos investimentos desse governo foram direcionados para a erradicação da pobreza. Para isso, os assentados são inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, o qual possibilita às famílias assentadas serem atendidas pelo programa Bolsa Família. Segundo dados do Incra, em 2015, havia 665,6 mil famílias assentadas inseridas no Cadastro Único, dentre essas 414,6 famílias [...] eram beneficiárias do programa Bolsa Família. (Dal Moro, 2020, p. 179).

Assim, as políticas de transferência de renda operam no sentido de:

[...] promover condições para que os mais pobres possam adquirir habilidades que lhes permitam ampliar liberdades pessoais e gerar mais condições para criar soluções para suas demandas econômicas e políticas. [Isso] reforça a manutenção e ampliação das políticas compensatórias e de alívio da pobreza que acometem grupos sociais vulnerabilizados, como mulheres, negros e pobres. (Mauriel, 2013, p. 107).

Contudo a ampliação dos programas de transferência de renda ocorreu, em detrimento de investimentos nas políticas de caráter universal, como a saúde e a educação, pois, quando considerados os aspectos de gênero e étnico raciais e seus resultados, evidencia-se que a sobretaxa de indicadores, como baixa escolarização, mortalidade materna e infantil, afeta determinado grupo social posicionando mulheres e pessoas negras em condições de vulnerabilidade (Ipea, 2011). Essa situação aponta para os efeitos limitados das políticas de transferência de renda na redução das desigualdades de natureza estrutural, dado que seus valores são reduzidos, pois não asseguram a satisfação das necessidades básicas. Com isso, essas políticas visam tornar os “pobres” mais produtivos reforçando a primazia do trabalho a qualquer custo. Nesse sentido, o redesenho a noção de pobreza está centrada na falta de certas habilidades, as quais devem ser adquiridas para se sair da linha da pobreza (Mariel, 2013, p. 112).

Portanto, as ações de combate à pobreza, como os programas de transferência de renda, priorizam o repasse de renda às mulheres e as envolvem em uma rede de obrigações e condicionalidades, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução social (Mariano; Carloto, 2009). Segundo Costa (2017), as “mulheres-mães” são responsabilizadas por sua condição e vistas como incapazes nos programas de transferência de renda, dada a naturalização de um modelo de feminilidade ao qual elas devem adequar suas famílias a um padrão de “normalidade” (Costa, 2017, p. 32). Essas, por sua vez, são percebidas por meio de “papéis femininos” que vinculam sobretudo o ser mulher ao ser mãe, como uma identidade centrada na figura da cuidadora. Nesse Programa, o cuidado aparece vinculado a papéis de gênero naturalizados, pois “[...] as atividades reprodutivas das mulheres pobres aparecem como recurso aditivo dos programas de combate à pobreza, de modo a tornar mais eficientes os impactos

produzidos do PBF, relacionados à saúde e à educação.” (Mariano; Carloto, 2009, p. 905).

As milhares de famílias atendidas pelo Programa expressam a extensão da pobreza no país, que atinge um grupo específico de pessoas, uma vez que a composição do público beneficiário ilustra um quadro de desigualdades na história da sociedade brasileira que opera por meio da confluência de fatores de gênero e raça. Costa (2017) observa que, entre os titulares da política de assistência social, na primeira década do século XXI, entre homens e mulheres, 73,88% eram pessoas negras. Desse total de beneficiários, 93% eram mulheres, e 68% dessas eram negras, portanto as mulheres negras são maioria do público atendido pelas políticas de transferência de renda.

As ações governamentais em curso, nesse período, também envolvem o apoio a atividades produtivas com objetivo de articular as esferas de acesso ao mercado e de serviços públicos. Sendo assim, esses programas visavam também fomentar processos de construção de novas formas de organização produtiva (Mattei, 2015). Nesse escopo, estão as políticas para as mulheres e de gênero no contexto rural.

3.2 Abordagens da política pública para mulheres rurais

A incorporação da categoria mulher nas políticas públicas, a partir da década 1970, visou à integração das mulheres ao mercado de trabalho. Segundo Lozano (2017), essa abordagem apresenta limites pelo fato de os problemas das mulheres serem definidos em termos de suas necessidades básicas. Além disso, esses programas não tratam do caráter secundário delas na esfera produtiva, assim como do seu lugar subordinado na esfera da reprodução social (Lozano, 2017).

Ao avaliar os programas políticos com enfoque na categoria “mulher” adotados no país, Siliprand (2015) chama atenção para o fato de que esses contavam com ínfimos recursos financeiros. Outrossim, esses projetos geram rendas pequenas e marginais, sendo seus efeitos ínfimos, haja vista que dados estatísticos apontam para a feminização da pobreza no país. Além disso, tais projetos tendem a aumentar a carga de trabalho das mulheres ao naturalizar papéis de gênero (Siliprandi, 2015 *apud* Lozano, 2017), já que

essa política não enfrenta a questão do trabalho de cuidado, seja ele remunerado ou não, fortemente marcado pela divisão sexual e racial do trabalho. De acordo com Paulilo (2013 *apud* Lozano, 2017), as políticas, de caráter liberal, responsabilizam as populações marginalizadas por sua condição de precariedade, uma vez que consideram que elas ainda não teriam se desenvolvido. Sendo assim, promovem um tipo de desenvolvimento, pautado em uma lógica meramente produtivista.

Esse debate envolve a questão da desvalorização do trabalho das mulheres e de sua capacidade produtiva. Desse modo, tais estudos apontam para a progressiva marginalização delas do sistema de produção no meio rural, chamando atenção para o fato de que as possibilidades de ocupação delas no setor agrícola foram reduzidas nas últimas décadas (Rosso, 2006; Mattei, 2015). Nesse contexto, “elas foram relegadas a ocupações precárias, como serviços domésticos, postos de trabalhos mal remunerados ou mercados informais, acumulando, muitas vezes, atividades domésticas, manuais e agrícolas, na tentativa de aumentar a renda familiar.” (Rosso, 2006, p. 126). Essa concentração de responsabilidades gera ainda mais sobrecarga para elas, situação que aponta os desafios da consolidação de políticas públicas comprometidas em reverter esse quadro de exploração, desigualdades e discriminações fundadas em marcadores de classe, gênero e raça.

A baixa participação das mulheres em ocupações remuneradas é outro indicativo dos mecanismos de discriminação sexistas enfrentados pelas mulheres que vivem e trabalham em territórios rurais. Mattei (2015), baseado em dados do Censo Agropecuário de 2002 e 2013, afirma que houve redução dos postos de trabalho assalariados no setor rural. Nesse período, os homens respondiam por 71% do emprego agrícola, ao passo que as mulheres reduziram sua participação de 33% para 29% nessa categoria ocupacional.

A perspectiva de gênero é uma marca recente nas ações e nos programas governamentais no país. O reconhecimento da desigualdade de gênero e étnico-raciais resultou na criação de projetos inexistentes, especialmente o Plano Nacional de Política para as Mulheres (2004), o Brasil Quilombola (2004) e a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais (2007). As ações e os programas governamentais voltados para as mulheres rurais foram criados de modo a transformar as relações de gênero no campo. Essa estratégia visou estimular a criação de alternativas econômicas e ampliar e fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais através de políticas públicas de apoio à produção e à comercialização (POPMPR, 2008).

Essa proposta envolve temas como a inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda, a auto-organização das mulheres, o fomento a estratégias e iniciativas delas em espaços deliberativos de poder, assim como a promoção de debates visando à consolidação de modelos alternativos de produção baseado na agroecologia. Na tabela abaixo, é possível observar a evolução temporal de alguns dos mecanismos políticos e jurídicos criados com enfoque nos direitos das mulheres trabalhadoras rurais.

Tabela 1. Políticas Públicas para Mulheres Rurais (2001-2011)

Principais mecanismos político-jurídico	Síntese do conteúdo normativo
Constituição Federal (1988)	Reconhece o direito das mulheres de se tornarem beneficiárias da distribuição de imóveis pela reforma agrária.
Portaria MDA n. 121 (2001)	Determina que o mínimo de 30% dos recursos relativos a linhas de crédito do Pronaf, Plano Safra, Fundo da Terra e da Reforma Agrária e Banco da Terra sejam destinados, preferencialmente, para mulheres agricultoras.
Pronaf Mulher (2003)	Linha de crédito para mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção, independentemente do estado civil, com base na apresentação de projetos técnicos ou propostas simplificadas.
Portaria Inca n. 981 (2003)	Torna obrigatória a titulação conjunta de domínio ou de contrato de concessão de uso de lotes da reforma agrária à mulher e ao homem nos casos de casamento ou união estável.
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR (2004)	Emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos.



Portaria MAPA n. 156 (2004)	Programa Gênero e Cooperativismo – Coopergênero que visa contribuir com a promoção da equidade entre mulheres e homens no âmbito do corporativismo brasileiro.
Instrução Normativa Inkra n. 38 (2007)	Estabelece diretrizes para promover a revisão de normas e procedimentos, adequando os artigos 2.º da Portaria Inkra 98/2003, de forma a garantir o direito das trabalhadoras rurais ao PNRA.
Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR (2008)	Criado com objetivo de fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais.
Resolução GGPA n. 44 (2011)	Art. 2.º A participação de mulheres deve ser considerada como critério paritário na seleção e execução das propostas (...). Art. 3.º Será destinada, no mínimo, 5% da dotação orçamentária anual do PAA (...) para organizações compostas por 100% de mulheres ou com participação de no mínimo de 70% de mulheres na composição societária.

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Esses mecanismos resultaram em uma série de iniciativas que passam a ser executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dentre as quais podemos destacar o Pronaf/Mulher, o Crédito Apoio Mulher e o ATER/Mulher. Uma pesquisa elaborada sobre a parceria de organizações feministas com o MDA avalia que, mesmo que tímidas, essas ações contribuíram com a inserção das mulheres em embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural (Brughara *et al.*, 2011).

Assim, a autonomia econômica das mulheres rurais e o incentivo a uma cultura organizacional e institucional são os pilares da promoção da igualdade de gênero e a construção do chamado rural sustentável e solidário (Filipark, 2017). Essa proposta envolve disputas entre distintos projetos de desenvolvimento para o rural brasileiro (Fernandes, 2004). Porquanto, as mulheres trabalhadoras rurais defendem que o reconhecimento do trabalho delas requer o enfrentamento das desigualdades de gênero e de outros marcadores sociais como um fator estrutural das relações sociais no meio rural. Além disso, elas demandam políticas públicas em vistas do fortalecimento e valorização da agricultura familiar. No próximo tópico, estabelece-se um diálogo com as

proposições de um grupo produtivo de mulheres assentadas considerando as implicações desse debate na orientação de políticas públicas que de fato garantam os direitos de cidadania.

3.3 Caminhos para a autonomia das mulheres rurais

A criação de programas e ações governamentais voltados para mulheres rurais visam ao fortalecimento das organizações produtivas delas. Para tanto, houve investimentos para a produção de pesquisas sobre essa temática, assim como o estímulo a agenda de cursos de capacitação para mulheres rurais, bem como ações de apoio a grupos produtivos de mulheres e à sua participação em projetos de geração de renda e de participação política.

Entre o público beneficiário dessas políticas, estão grupos informais, associações e cooperativas, incluindo agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas entre outras (Hora; Butto, 2014 *apud* Lozano, 2017). Segundo Bruno *et al.* (2013), os grupos produtivos de mulheres rurais surgem a partir dos anos 2000, em meio a uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres, para a agricultura familiar e populações tradicionais do campo.

Contudo dados da pesquisa de campo, coletados ao longo de 2013 a 2015, apontam para a natureza dos programas e ações governamentais, como as políticas de crédito rural, pois essas costumam ser *pontuais, fragmentadas e burocratizadas* (Martins, 2015). Ademais, o acesso a essas políticas era dificultado por mecanismos discriminatórios. Esse quadro de assimetria e subalternidade posicional das trabalhadoras rurais se dá em função do fato de seu trabalho não ser concebido como ligado à esfera produtiva, o que configura uma cultura institucional que cria barreiras para o acesso delas a conhecimentos e inovações tecnológicas, assim como para o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades. Com isso, esses serviços reproduzem uma cultura sexista que normatizam práticas extensionistas discriminatórias para homens e mulheres, contribuindo para a manutenção da divisão sexual do trabalho que negligencia o papel produtivo das mulheres (Diniz; Clemente, 2022).



Além disso, elas continuam sofrendo com inúmeras carências de bens e serviços públicos em seus territórios (Bulkool, 2022), conforme ressalta trecho do documento produzido por uma organização de mulheres assentadas no território fluminense.

As mulheres rurais têm protagonizado formas coletivas e inovadoras de organização com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade socioambiental e na igualdade de gênero. Porém, devido ao menor acesso delas a recursos, como a terra, assim como a outros bens e serviços públicos; a desvalorização do seu trabalho, a sua exclusão e/ou inserção precária em espaços de produção/comercialização, as submetem a diversas formas de violência, seja física ou institucional, e as mantém em uma situação de desigualdade sócio, econômica e política. (Carta de reivindicação do Coletivo Regina Pinho, 2015).

As dificuldades de acesso às políticas públicas pelas mulheres rurais não se limitam às políticas com enfoque de gênero (Brughnara *et al.*, 2011). Nos assentamentos, a maior parte delas não tem informação sobre políticas públicas, como o Pronaf/Mulher, além disso outro fator limitante é a inadimplência dos maridos, que impossibilita o acesso dos demais membros da família, mulheres e jovens a programas agrários. Diante desse cenário, elas desenvolvem inúmeras iniciativas, em parceria com organizações governamentais e não governamentais, visando melhorar a qualidade de vida nesses territórios.

Em assentamentos rurais, no norte fluminense, elas criam ferramentas políticas, como os coletivos de saúde e educação³. Esses coletivos são compostos, em sua maioria, por mulheres que se autodeclararam negras, com idade entre 25 e 69 anos, e que possuíam baixa escolaridade e estavam inseridas em ocupações precarizadas. À época das entrevistas, a maioria delas afirmaram ser beneficiárias do PBF. Elas são *avós, mães, esposas, tias, filhas, sobrinhas, netas, e noras* — grupo que costuma ser desconsiderado pela política agrária.

Os assentamentos rurais possuem uma estrutura político-organizativa e produtiva, composta por associações e uma cooperativa, mas essas estruturas políticas não têm garantido que as mulheres participem da gestão nos lotes familiares e/ou interfiram de

³ Esse formato tem como orientação política a matriz organizativa proposta pelo MST (Gonçalves, 2009).

forma qualificada na implementação dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária (Martins, 2015). Mesmo as mulheres titulares de lotes, em sua maioria na condição de viúvas, solteiras ou divorciadas, enfrentavam mais dificuldades para se manter nessa posição e ascender economicamente. Para as entrevistadas, a reduzida participação das mulheres em espaços de decisão política no Zumbi se dá tanto em razão da *falta de interesse e tempo*, quanto pelo fato desses espaços *não responderem às suas demandas*. Ainda que a maioria das entrevistas não participasse dos espaços formais dos assentamentos e/ou de instâncias políticas dos movimentos sociais, a sua contribuição política em ações estruturais nesse território para a implantação de escolas, postos de saúde e espaços de lazer nesse assentamento é indiscutível (CPT, 2012).

No assentamento Zumbi dos Palmares⁴, a criação de um grupo produtivo visou à construção de ferramentas para fomentar a geração de renda para as mulheres assentadas. Dentre as atividades realizadas por esse grupo, estão também ações na linha da formação e mobilização política, a exemplo da Feira de Agroecologia realizada em parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF-Guarus) e o I Seminário de Mulheres Assentadas, que teve o apoio de organizações como a Pastoral da Terra e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Na tabela abaixo, apresentamos o levantamento dos principais produtos comercializados por elas nesse período em feiras da região.

Tabela 2. Produção comercializada pelo coletivo

Produtos vegetais	Produto animal	Produtos processados	Produtos não agrícola
Plantas medicinais e aromáticas	Galinhas, porcos, perus	Bolos, pães, biscoitos, tapioca	Camisas, bolsas, carteiras, etc.
Hortaliças e leguminosas	Ovos	Polpa de frutas, geleias e doces	Biojoias, brincos, colares, etc.
Frutíferas	Leite	Produtos fitoterápicos	Crochês

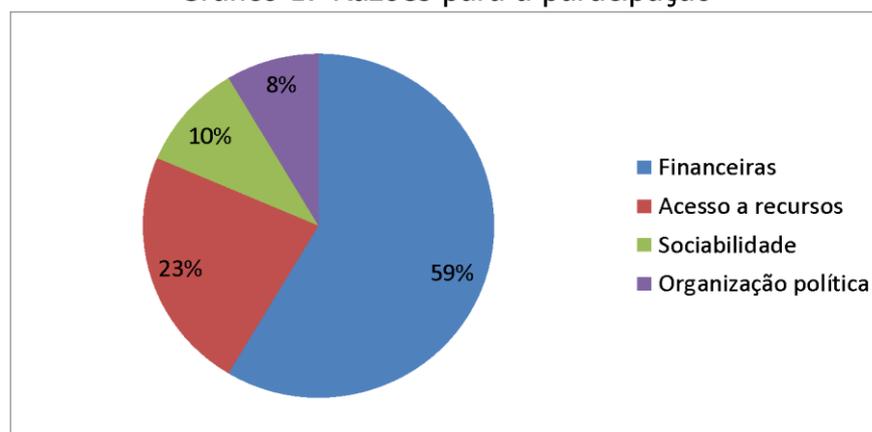
Fonte: Martins (2015).

⁴ Esse território está localizado entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. A área foi desapropriada em 1997, para assentar 507 famílias oriundas de espaços rurais e urbanos da região (Estruturar, 2006).

Entre 2013 e 2015, oito mulheres atuavam no trabalho organizativo no Zumbi, para elas, “*quanto mais mulheres mais força o grupo ganha*”. A dificuldade para participar de instâncias de participação coletiva foi citado como um dos entraves, seja porque elas criticavam a proposta dos mecanismos de participação ou por que estavam sobrecarregadas com afazeres domésticos e/ou com a lida na roça. “*Eu não sabia se outras mulheres podiam participar*”, outra entrevistada comentou que “[...] *não pode participar sempre*” devido às demandas com a produção de farinha no lote de terra da sua família (Coletivo Regina Pinho, 2014).

Na época, dentre as oito integrantes desse grupo, uma havia saído do assentamento, por motivo de doença, e a outra havia falecido. A maior parte delas eram casadas, tinham filhos, possuíam baixa escolaridade e ocupavam postos de trabalho informais e/ou precarizados (Martins, 2015). Dentre os principais entraves enfrentados pelas mulheres assentadas, as entrevistadas citaram a sobrecarga das tarefas de cuidado, da falta de tempo e de legitimidade desse grupo dentro do assentamento. Segundo as entrevistas, a participação nos grupos produtivos se dava em função da necessidade de acesso a recursos e bens e serviços públicos, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Razões para a participação



Fonte: Martins (2015).

Esse processo organizativo se insere no contexto de valorização do papel das mulheres na agricultura familiar, no qual as ações governamentais, mediante a ideia da inclusão produtiva, passam a estimular o empreendedorismo individual ou coletivo. Nesse

caminho, houve a ampliação da oferta de programas de microcréditos e de ações de orientação técnica às famílias agricultoras assentadas.

Segundo Silva (2020), a inclusão pelo trabalho parte do pressuposto, que a atividade laboral é o principal motor para a superação da desigualdade de renda. Porém, segundo o autor, parcela significativa das pessoas em situação de pobreza já exerce alguma atividade remunerada (Silva, 2020). Com isso, a política de estímulo ao empreendedorismo não resulta em autonomia econômica para as mulheres que atuam por meio de grupos produtivos no Zumbi.

No dizer de uma de uma jovem assentada que fomentou o debate sobre projetos de renda para as mulheres no Zumbi: *inicia-se, é dado um pontapé; sempre tem alguém que tem mais vontade. [...] fase que se está como muito gás; só que até que o grupo alavanque, muitas desanimam!* Sobre o alcance dessa estratégia política, as entrevistadas pontuaram: *Em parte, [atente] mas falta apoio mais robusto. Não atende, porque a renda é pouca e as mulheres têm que sair pra trabalhar fora. Ainda não, estamos lutando pra isso!* (Martins, 2015).

Por isso, há uma certa instabilidade constitutiva desse grupo. Sendo o processo organizativo cheio de altos e baixos. Entre as mulheres que não permanecem ou não aderem a essa proposta organizativa, estão aquelas que adquiriram estabilidade financeira e/ou não estão dispostas a investir seu tempo em uma experiência, sob a qual os rumos são instáveis; além disso, a predominância de cultura individualista prejudica a solidariedade política entre elas.

Essa situação foi agravada com a crise política institucional deflagrada em 2015, quando houve redução dos investimentos sociais, dificultando ainda mais o acesso a essas políticas para mulheres rurais. Nesse período, menos de 25% do orçamento previsto foi executado (Tokarsi, 2023). Com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, um conjunto de políticas voltadas para a agricultura familiar sofre outros retrocessos, situação expressa no fim da política de assistência e extensão rural e nos recorrentes cortes orçamentários, a exemplo da política de crédito. A análise dos impactos desse processo ainda é incipiente, sobretudo considerando os aspectos de gênero e

étnico-raciais. Em termos políticos, os caminhos traçados pelas mulheres assentadas apontam para formas de sociabilidade que rompem com estruturas operadas a partir de lógicas de poder baseados em matrizes de dominação como o racismo, sexismo e o classismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação do debate de gênero e raça na política agrária evidenciam estratégias governamentais visando à consolidação dos direitos de cidadania das populações do campo. Processo que têm, como marco, a ampliação do público beneficiado por programas governamentais com enfoque na inclusão social e produtiva. Nesse contexto, as mulheres trabalhadoras rurais adquirirão papel singular na proposição de outro modelo de desenvolvimento no campo. Contudo, como ressaltado, essas políticas não alteraram o quadro de precarização das condições de vida no território analisado.

Como demonstrado, as políticas agrárias estão alicerçadas em pressupostos neoliberais, que reproduzem visões capacitista e produtivista; reforçando hierarquias e desigualdades sociais, já que são as mulheres negras as que menos acessaram esses recursos. Ademais, a expropriação de mecanismos de proteção social no mundo do trabalho e a mercantilização de serviços públicos sustentam a hegemonia de desenvolvimento capitalista no campo, informado sexual e racialmente.

Não se trata de desconsiderar os avanços da implementação das políticas agrárias com enfoque de gênero e/ou étnico racial, mas, sim, de se atentar para os aspectos estruturais, que, em geral, são omitidos no debate sobre avaliação das políticas públicas. Sendo assim, considera-se que a democratização do acesso à terra é o principal mecanismo para garantir a segurança e soberania alimentar, assim como para o fomento de mecanismos sustentáveis de acesso aos mercados e de melhorias da qualidade de vida das populações camponesas, em especial na reforma agrária.

Nesse caminho, o enfrentamento às desigualdades sociais precisam considerar estruturas de poder, como racismo e o sexismo, assim como outras formas de opressões interseccionadas. Enfim, a garantia defesa dos direitos de cidadania das mulheres trabalhadoras rurais exige o reconhecimento da necessidade de um olhar analítico da dimensão estrutural dos fenômenos sociais, em seus aspectos multidimensionais.

Referências

- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 27-55, jan./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%20ra%C3%A7a%20classe%3Aopress%C3%B5es%20cruzadas>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, DF: Ipea, 2003. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/9_1.pdf. Acesso: 10 nov. 2022.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, DF: Ipea, 2003. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/9_1.pdf. Acesso: 10 nov. 2022.
- BRASIL. **Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais**. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/636/programa-organizacao-produtiva-de-mulheres-rurais-popmr> Acesso em: 1 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A inclusão produtiva rural do plano Brasil Sem Miséria e os resultados do Programa de Fomento**: primeiros apontamentos. Brasília, DF: MDS, 2014.
- BRUNO, Regina *et al.* Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. *In*: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 217-236).
- BULKOOL, Michelle P. **Feira Territorial do Norte Fluminense e seu capital social**: instrumentos de autonomia da agricultura familiar. Tese (Doutorado) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.



BRUGNHARA, Ariane Cristina *et al.* Assentadas Rurais no Território da Cidadania: Capacitação e Perspectivas para o Empoderamento? **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, p. 135-150, jan./dez. 2011.

CASTRO, Jorge A. de *et al.* **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis**: uma análise exploratória. Brasília, DF: Ipea, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2212/1/td_1486.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro, RJ: Takano, 2003. s/p.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **Revista O Social em Questão**, [s. l.], ano XX, n. 38, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/0>. Acesso em: 19 ago. 2022.

COLETIVO REGINA PINHO. **Relatório de Atividades**. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2014.

COLETIVO REGINA PINHO. **Carta de Reivindicação**. Campos dos Goytacazes: Coletivo Regina Pinho, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório de Atividades**. Campos dos Goytacazes: CPT, 2012.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos feministas**, UFSC, jan./dez. 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.

DAL MORO, Maristela. A consolidação do agronegócio e a contrarreforma agrária. *In*: MONTAÑO, Carlos; LEITE, Janete Luzia; GUERRA, Yolanda (org.). **Expressões da Ofensiva Ultraconservadora na Conjuntura Contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2020. (p. 149-185).

DINIZ, Raphael F.; CLEMENTE, Evandro C. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: Uma análise espaço-temporal dos dados do Censo Agropecuário 2006 e 2017. **Revista 3ª Margem Amazônia**, [s. l.], v. 7, n. 17, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/421>. Acesso em: 1 dez. 2023.



ESTRUTURAR. **Plano de Recuperação de Assentamento (PRA)**. Campos dos Goytacazes: Estruturar, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Enfoc**, [s. /], 2004. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

FILIPARK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015)**. Análise a partir das percepções de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, UNESP, 2017.

FURTADO, Fabrina *et al.* **Raça, gênero e classe**: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Booll, 2022.

GONÇALVES, Renata. **Vamos acampar?** A luta pela terra e a busca pelo assentamento. Novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. 2009. 330 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/357945>. Acesso em: 10 out. 2022.

GUEDES, Mário G. de *et al.* Brasil Sem Miséria na Reforma Agrária: Avanços na Inclusão Social e Produtiva. **A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria**: o desafio da superação da pobreza no campo. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em debate, Brasília, DF, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, n. 23, p. 70-86, jan./dez. 2015. Disponível em: https://amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1703455_Caderno_23_FINAL_910.pdf#page=70. Acesso em: 27 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2006**. Brasília, DF: IBGE, 2006. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/ Acesso em: 6 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) *et al.* **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. 4. Ed. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

LOZANO, Marie-Anne S. P. L. L. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2017.

MARTINS, Viviane. R. da S. **A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ.**

Monografia (Especialização) – Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentamentos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MATTEI, Lauro. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 85, p. 35-52, jan./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/VRB6btLcQc49JHGW5sFKFFh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 out. 2022.

MARIANO, Silvana A.; CARLOTO, Cassia M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, set./dez. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/8MqwKGBKhNYpn4C4gss5Rkm/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 1 ago. 2023.

MAURIEL, Ana P. O. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. **Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 13, p. 97–117, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7561>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NOBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, [s. l.], v. 15, n. 30, jan./dez. 2004.

PEREIRA, Maria R. As mulheres negras camponesas entre o vermelho e o lilás. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 9., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: SINGA, 2017.

ROSSO, Kelem G. Trabalho feminino no campo e na cidade: as contribuições de Heleieth Saffioti. **Revista Mosaico Social**, [s. l.], ano 3, n. 3, p. 125-135, 2006.

Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-83.pdf>.

Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Sandro P. Políticas de Inclusão Produtiva: O “Elo Perdido” da Proteção Social. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. **BPS**, [s. l.], 2020. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10284/1/BPS_27_nps_politicas_de_inclusao.pdf Acesso em: 1 ago. 2023.

TOKARSI, Carolina Pereira *et al.* Da política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas pra as mulheres de 2003 a 2020. *In*: GONIDE, Alexandre de *et. Al.* **Desmonte e reconfiguração das políticas públicas (2016 – 2022)**. Brasília, DF: IPEA, INCT/PPED, 2023. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.



WANDERLEY, Maria de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, v. 52, p. S025–S044, jan./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.

VIANA, Ananda da S.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Assentados e Bolsa Família**: uma análise dos índices de famílias assentadas que recebem o benefício social. Seropédica: UFRJ, s/d. Disponível em: <https://eventos.ufrj.br/raic/files/2016/06/2561-9597-1-SM.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.